PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

PARA O ANO DE 2023

COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

COFRE
DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

Rua do Arsenal, Letra E,
Apt. 2500, 1112-803 Lisboa
WWW.COFRE.ORG

Índice

5 I. Plano de Atividades para o ano de 2023

5 1. Nota Introdutória do Conselho de Administração

9 2. Atividades relevantes a desenvolver em 2023
9 2.1. Residências Sénior
10 2.2. Centros de Lazer
11 2.3. Residências Universitárias
12 2.4. Área Financeira
13 2.5. Área Jurídica e Contencioso
15 2.6. Área de Benefícios dos Sócios, Atendimento e Arquivo
15 2.7. Área de Informática
16 2.8. Área de Gestão do Património e Habitação
16 2.9. Área de Comunicação
17 2.10. Área de Recursos Humanos

18 II. Orçamento Ordinário para o ano de 2023

18 1. Considerações Técnicas

18 2. Explicitação Orçamental
18 2.1. Receitas Correntes
19 2.1.1. Rendimentos de Propriedade
19 2.1.1.1. "Juros – Sociedades Financeiras" – "Juros Administrações Públicas
19 2.1.1.2. "Juros – Famílias" – "Abonos Reembolsáveis"
19 2.1.2. Transferências Correntes
19 2.1.2.1. Famílias
19 2.1.2.2. Venda de Bens e Serviços Correntes
19 2.2. Receita de Capital
19 2.2.1. Venda de Bens de Investimento
19 2.2.2. Ativos Financeiros
19 2.2.3. Outras Receitas de Capital
19 2.3. Operações Extraorçamentais
20 2.4. Despesas Correntes
20 2.5. Despesas de Capital

22 Os números
23 Resumo do Orçamento das Receitas
24 Resumo do Orçamento das Despesas
25 Desenvolvimento do Orçamento das Receitas

29 III. Parecer do Conselho Fiscal

COFRE DE PREVIDÊNCIA
DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES
DO ESTADO

Sede
Rua do Arsenal, Letra E, Apt. 2500,
1112-803 Lisboa

Atendimento ao Público
Rua dos Sapateiros, n.º 58, Lisboa
09:00 às 12:30
13:30 às 16:00

Contactos
geral@cofreprevidencia.pt
213 241 060

ACOMPANHE-NOS
Site: www.cofre.org
Facebook: cofredeprevidenciafae
Instagram: cofredeprevidencia

I. Plano de Atividades para o ano de 2023

1. Nota introdutória do Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (Cofre) encara com total seriedade e responsabilidade o desígnio de gerir esta Instituição centenária. Não poderia ser de outra forma, não só pela sua significativa dimensão, mas também pela relevância que assume perante os milhares de sócios e suas respetivas famílias.
Atualmente no seu segundo mandato, o CA tem feito da transparência uma das suas pedras de toque no relacionamento com os associados. Essa atitude – da qual não se abdica em momento algum – consubstancia-se também na informação disponibilizada ao nível dos documentos de gestão como o que agora se apresenta.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2023 traça, assim, os objetivos que se pretendem atingir, seja ao nível do funcionamento dos diversos serviços, seja ao nível económico e financeiro. Este documento tem em conta a realidade interna do Cofre, mas também todo o contexto existente, sendo que estas duas dimensões vão impactar – positiva ou negativamente – o cumprimento das metas definidas.
A realidade interna tem sido positivamente alterada nos últimos anos. Haverá sempre espaço para melhoria no futuro, mas um conjunto de medidas levadas a cabo em vários domínios e a renovação que se tem verificado ao nível dos trabalhadores tenderam a tornar o Cofre mais ágil e mais preparado para dar resposta aos múltiplos desafios.
Por seu lado, um contexto favorável permitirá melhores condições para alcançar os objetivos almejados. Pelo contrário, um contexto adverso trará consigo um conjunto de obstáculos que tenderão a dificultar que sejam atingidas as metas pré-estabelecidas.

A verdade é que o contexto externo ao Cofre não tem sido o mais favorável nos últimos anos. Senão recorde-se:

Tal como seguramente está ainda presente na memória de todos nós, os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia causada pelo coronavírus COVID-19. Isto numa altura em que a recuperação da crise económica de 2008-2015 parecia ganhar velocidade de cruzeiro.
A atividade normal da Instituição foi seriamente afetada pela pandemia. Esse impacto, aliás, ficou bem patente nos documentos de prestação de contas apresentados em devido tempo.

Quer pelos confinamentos, quer pela obrigatoriedade do cumprimento das determinações das autoridades governamentais e de saúde, quer pela necessidade de reforçar as respostas às necessidades dos associados em diversos domínios, o caminho seguido pelo Cofre foi o possível face aos muitos condicionalismos. Os indicadores económico-financeiros e de atividade foram demonstrativos disso mesmo, pese embora a avaliação globalmente positiva da prestação havida.

Apenas referimos a pandemia porque o ano de 2022 teve ainda ecos do período pandémico vivido nos dois anos anteriores. Se bem que neste momento sentimos já que as nossas vidas retomaram a normalidade pré-pandemia, essa é uma realidade recente.
E ultrapassado esse problema, um outro se começou a desenhar e se concretizou no nosso quotidiano. A invasão da Ucrânia pela Rússia, colocou-nos perante uma realidade que pensámos não mais ser possível após a segunda Guerra Mundial: o regresso da guerra ao continente europeu.
O conflito armado veio acelerar um cenário que, diga-se em abono da verdade, apresentava já alguns sinais de poder vir a concretizar-se. A inflação galopante que a Europa e nosso país não sentiam neste nível há mais de três décadas foi o primeiro prenúncio de uma crise financeira (a segunda no prazo de pouco mais de uma década) que terá impacto ao nível da capacidade de compra das famílias, e ao nível da desvalorização dos salários dos trabalhadores por conta de outrem.

O crescimento da economia será fortemente afetado e os especialistas nestas questões, bem como os governos nacionais e as instâncias europeias, não conseguem disfarçar que o pessimismo é o sentimento reinante quando se fala da capacidade de resposta das economias à atual crise. Se bem que em Portugal os mais recentes indicadores não apontem ainda para uma recessão – como acontecerá em vários países europeus – esse é um cenário que não pode ser colocado de parte.

Ainda assim, o Cofre vai ser impactado por todo este contexto externo. Vejamos, com exemplos muito concretos, alguns desses impactos:

- O aumento dos preços da generalidade dos bens e serviços repercute-se necessariamente nos consumidores finais. Assim, serviços básicos como seguros, aquisição de consumíveis e equipamentos para os Centros de Lazer, Residências Universitárias e Residências Sénior, sofreram já aumentos significativos, o que implica que o Cofre pagará mais caro para os garantir;

- O aumento dos salários mais baixos tem também um impacto muito relevante nas Instituições em que o Salário Mínimo Nacional (SMN) é a bitola. Ora, no Cofre existe um número elevado de trabalhadores (nomeadamente na carreira de assistente operacional) nessa situação.
Se bem que se saúda o esforço coletivo que o país – no setor público e no setor privado, reconheça-se – está a fazer para elevar o SMN, não se pode omitir que esse esforço tem um custo. E esse custo significa que a rúbrica relativa ao pagamento de salários terá um peso acrescido nas contas da Instituição;

- Ainda no que a salários diz respeito, recorda-se que aos trabalhadores do Cofre se aplica, por determinação estatutária, a Tabela Remuneratória Única da Função Pública. Nesse domínio, também os salários dos técnicos superiores vão ter incrementos bastante expressivos ao longo dos próximos anos.
Uma vez mais se saúda essa atenção particular para com as condições remuneratórias da referida carreira, porquanto representa uma matéria com forte impacto social. Mas, não poderá deixar de se assinalar que é mais um fator penalizador para o orçamento do Cofre;

- Os elevadíssimos custos da energia, que atingiram níveis quase impossíveis de imaginar até há muito pouco tempo, sobrecarregam assustadoramente o orçamento do Cofre. Recorda-se que as Residências Sénior, as Residências Universitárias e, também os Centros de Lazer (apesar da sazonalidade que caracteriza estes últimos), são equipamentos de funcionamento contínuo em que se torna necessário assegurar mínimos de conforto para os respetivos utilizadores.
Assim, as faturas da luz e gás atingem, mês após mês, valores recorde. E terão um forte impacto no orçamento para 2023.

Ainda assim, não há que entrar em desesperança ou pessimismos exacerbados. Os associados do Cofre sabem que têm à frente da Instituição um

CA que não fica congelado ou petrificado perante as adversidades.
Ao longo do mandato anterior e no início do mandato em curso foram já dadas inúmeras provas – e que seria fastidioso referi-las no âmbito deste Plano de Atividades e Orçamento – de que os problemas são encarados de frente. Os associados sabem também que são tomadas, em cada momento, as decisões que se impõem para salvaguardar os seus interesses.

Será, uma vez mais, essa a postura do órgão máximo de gestão desta Instituição ao longo do próximo ano. Ao mesmo tempo que se luta contra as condicionantes do contexto externo, procurar-se-á dar passos concretos e implementar iniciativas objetivas para atuar em diversos domínios que estão perfeitamente identificados:

- Garantir a sustentabilidade financeira;
- Melhorar a eficácia e eficiência no funcionamento dos serviços;
- Melhorar a capacidade de resposta aos associados e suas famílias.

> ***"Os associados do Cofre sabem que têm à frente da Instituição um CA que não fica congelado ou petrificado perante as adversidades.***

O presente Plano de Atividades pretende, assim, dar uma panorâmica sobre o que se pretende concretizar ao longo do próximo ano. De igual modo, o Orçamento apresenta uma previsão de receitas e despesas.

Ao longo das páginas que se seguem, os associados podem ficar a conhecer com pormenor quais as prioridades dos serviços na atividade que vão desenvolver, bem como as demonstrações financeiras que permitem aferir com rigor como serão aplicados os recursos financeiros que estão ao dispor da Instituição.
Ainda assim, merecem destaque nesta Nota do CA as seguintes matérias:

A **área dos Sistemas e Tecnologias de Informação** – a que vulgarmente muitos de nós chamamos de Informática – vão ser merecedoras de uma atenção muito especial. O Cofre tem um cenário muito complexo, dado que grande parte do funcionamento da Instituição assenta num programa informático que foi desenvolvido há mais de uma década e que está assente numa linguagem informática já descontinuada.
Haverá, assim, lugar a uma intervenção neste domínio, garantindo-se a segurança do software utilizado. Atuar-se-á em dois domínios paralelos: no desenvolvimento de um novo sistema informático interno; na maximização da utilização de outras soluções informáticas já utilizadas pelo Cofre para garantir a segurança da operação da Instituição até que o sistema informático atrás referido tenha condições para entrar em funcionamento.

A **área financeira** será também uma área onde se prevê a concretização de duas medidas de grande relevância. A primeira está relacionada com o reforço do controlo de existências inventariadas, melhorando o apuramento das corretas quantidades.
A segunda diz respeito à melhoria e reforço de métodos e práticas de controlo, no sentido de assegurar a melhoria da eficiência e eficácia das operações e transações realizadas. Este passo visa garantir a otimização global da execução da Despesa e a maximização de toda a Receita, com vista a salvaguardar a sustentabilidade económica e financeira do Cofre.

Ao **nível dos equipamentos** – mais concretamente das já referidas Residências Sénior, das Residências Universitárias e dos Centros de Lazer – dar-se-á continuidade à política de investimento na melhoria das condições de funcionamento. Tal será realizado pela atuação em dois eixos: realização de obras de manutenção e conservação e investimento em novos equipamentos.
Prevê-se a conclusão da obra de remodelação do edifício do Cofre na Rua da Prata, em Lisboa, cujos trabalhos decorrem a bom ritmo e dentro do orçamento previsto. Neste edifício proceder-se-á à concentração dos serviços administrativos da Instituição.

O ano de 2023 será também decisivo para uma velha ambição dos sócios. O CA conta apresentar uma proposta para colocar ao serviço da missão do Cofre o terreno localizado em Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia.
Será um processo naturalmente participado pelos associados, não só porque o investimento a realizar se prevê avultado, mas também porque se trata de uma matéria estruturante e de grande importância para o futuro da Instituição. Não sendo possível, neste momento, antecipar pormenores, desde já se deixa enunciado o grande objetivo: reforçar a presença do Cofre no norte do país, onde é notório um défice ao nível da resposta dada aos sócios.

Refira-se também a elaboração de um **Plano de Formação para 2023**. Esse plano será

impulsionador de uma estratégia de valorização dos trabalhadores do Cofre, pois estes representam um dos seus mais relevantes ativos.

Na **área do Património**, a estratégia será a de disponibilizar imóveis para satisfazer as necessidades dos associados na área da habitação. Procedendo-se a obras de remodelação e de manutenção, os mesmos serão disponibilizados, na sequência de concursos transparentes, para arrendamento pelos sócios.

Por fim, destaca-se a atuação nos domínios verdadeiramente relacionados com o **cariz assistencial e de previdência do Cofre.** A Instituição dispõe hoje de uma série de mecanismos para auxiliar os associados nos momentos mais difíceis.

Seja na concessão de abonos reembolsáveis, seja no apoio à aquisição de casa própria, seja na atribuição de bolsas de emergência, apenas para referir alguns exemplos, o CA reafirma aqui o seu compromisso em manter níveis elevados de apoio aos sócios. O Orçamento para 2023 reflete, assim, um aumento das disponibilidades financeiras para o apoio que venha a ser necessário prestar aos associados e suas famílias.

Os sócios contam com uma certeza que lhes é deixada pelo CA: o Cofre estará, como sempre até aqui, presente nas suas vidas. A Instituição dará resposta efetiva às suas necessidades e prestará o auxílio que venha a revelar-se necessário.

Isto é muito mais do que um mero chavão daqueles que ficam bem num texto de um qualquer Plano de Atividades e Orçamento. É, verdadeiramente, um compromisso inabalável que o Cofre assume publicamente perante os seus associados.

Lisboa, 14 de novembro de 2022

O Conselho de Administração do Cofre

António Joaquim Marques
Jorge Manuel Ferraz Silva
Olga Jesus Sousa Hilário
Luisa Maria Soares Xavier
António Manuel Rodrigues Dinis

2.
Atividades relevantes a desenvolver em 2023

2.1.
Residências Sénior

As Residências Sénior, no âmbito da sua missão de satisfação de necessidades na área sénior, preconizam uma gestão organizacional eficaz dos seus recursos e a aposta na melhoria contínua, com o objetivo de obter serviços de excelência.

Neste sentido, estes equipamentos não podem descurar as preocupações e cuidados inerentes à Pandemia da COVID-19, sensibilizando os familiares, utentes e trabalhadores, para o facto desta realidade não ter terminado, estando presente, ainda que de forma diferente do passado mais recente.

Deste modo, as coordenações técnicas das Residências Sénior do Cofre vão agir em conformidade com todas as alterações que forem surgindo e adaptar as Unidades à situação real do momento em causa, nomeadamente:

- Reformulando planos de contingência;

- Adaptando equipas;

- Estabelecendo planos de saídas e visitas;

- Procedendo ao controlo de surtos;

- Outros procedimentos que se revelem necessários.

Celebração do Dia do Idoso na Residência Sénior de Loures

A par destes objetivos, será igualmente promovido o apoio aos utentes e seus familiares ao longo do processo de integração institucional, designadamente:

- Identificando e gerindo problemas psicossociais;
- Promovendo o desenvolvimento pessoal e social;
- Reforçando os laços familiares através do atendimento familiar;
- Fomentando um ambiente calmo e confortável.

Neste processo, um dos elementos fundamentais são os trabalhadores, cuidadores dos utentes, que merecem especial atenção, pelo que continuaremos a sensibilizar e implementar o código de ética e conduta aprovado em 2019.

De igual modo, haverá uma especial atenção à monitorização do estado emocional dos colaboradores, implementando as estratégias de suporte para gestão do quotidiano institucional, apoiando e sensibilizando os prestadores de cuidados, tendo por base as estratégias que favorecem a resolução de situação/problema.

Celebração do Magusto na Residência Sénior de Loures

Residência Sénior de Vila Fernando

- Implementação do programa de software de gestão de processo individual do residente, o que permitirá o conhecimento, em tempo real, da situação do utente, e a informatização de todos os registos, aumentando a qualidade dos cuidados prestados;
- Levantamento e execução de pequenas alterações para melhoramento das instalações da Unidade;
- Substituição de todas as colchas e cortinados;
- Substituição dos cobertores por edredons;
- Execução de projeto sustentável para as condições físicas do espaço exterior da Residência;

- Colocação de painéis solares para aquecimento de águas sanitárias com vista à diminuição dos elevados custos (gás, eletricidade e outros);
- Estudar a viabilidade económica de instalação de painéis fotovoltaicos;
- Participar de forma ativa para a uniformização das normas e procedimentos das duas Unidades Residenciais Sénior.

Residência Sénior de Loures

- Implementação do programa de software de gestão de processo individual do residente, o que permitirá o conhecimento, em tempo real, da situação do utente, e a informatização de todos os registos, aumentando a qualidade dos cuidados prestados;
- Ampliação da marquise da sala principal, de forma que as atividades de animação sociocultural possam ser aí desenvolvidas;
- Proporcionar atividades de animação no exterior da Residência;
- Realizar ações de formação e sensibilização direcionadas aos prestadores de cuidados, promovendo a discussão de temas e práticas profissionais, que favoreçam um clima relacional saudável entre a equipa e consequente melhoria dos serviços;
- Substituição de todas as colchas e cortinados;
- Substituição dos cobertores por edredons;
- Criar zonas de acesso a WiFi, nas áreas comuns da Residência, facilitando a comunicação dos utentes com o exterior;
- Conclusão da substituição das camas manuais por camas elétricas e com elevador;
- Conclusão do plano de emergência relativo às medidas de evacuação em caso de sinistro;
- Estudar a viabilidade económica de instalação de painéis fotovoltaicos.
- Participar de forma ativa para a uniformização das normas e procedimentos das duas Unidades Residenciais Sénior.

2.2.
Centros de Lazer

Estes equipamentos são das infraestruturas do Cofre que têm maior procura por parte dos associados e que, a par disso, viabilizam a sua utilização por um maior número de sócios e familiares.

Como tal, são infraestruturas a que o Cofre tem dedicado especial atenção, efetuando investimentos significativos ao nível da conservação dos edifícios e da constante melhoria das instalações/equipamentos, sempre com o objetivo de proporcionar ao associado maior conforto e bem-estar, elevando o nível da nossa prestação de serviços.

Nesse sentido, procuraremos adotar soluções de maior eficiência energética, como por exemplo instalando painéis fotovoltaicos, entre outras.

Centro de Lazer da Praia do Vau - Portimão

- Promover ações de animação nas noites de época alta, no salão de jogos e ao ar livre, junto à piscina;
- Promover a divulgação de passeios/percursos na região;
- Dinamizar a sala de estar/convívio, com a aquisição de mais alguns jogos de mesa;
- Aquisição de equipamentos e utensílios para os apartamentos, para melhor comodidade dos associados (extensões elétricas, escorredor de salada, taças e outros);
- Substituição dos abajures e apliques dos apartamentos;
- Proceder ao tratamento/restauro de mobiliário dos apartamentos (tais como mesas, armários e outros);
- Realização do programa de Réveillon 2023/2024, em parceria com o Hotel Júpiter.

Vista panorâmica do **Centro de Lazer – Praia do Vau**

Centro de Lazer da Quinta de Santa Iria – Covilhã

- Aumentar o recurso à produção agrícola, para consumo no Restaurante da Quinta e venda aos sócios;
- Promover a realização de visitas à Quinta por parte de escolas ou outras entidades vocacionadas para o ensino / formação;
- Promover a utilização do Auditório para formações, eventos, espetáculos e outros;
- Promover casamentos e batizados na Quinta, para sócios e familiares;
- Promover programas temáticos;
- Promover fins de semana de convívio entre associados com torneios de jogos de cartas, de tabuleiro, desporto e outros;
- Proceder a intervenções de manutenção dos equipamentos e mobiliário;
- Estudar a viabilidade económica de instalação de painéis fotovoltaicos.

Vista panorâmica do **Centro de Lazer – Quinta de Santa Iria**

2.3. Residências Universitárias

As Residências Universitárias são estruturas de apoio, que devem proporcionar, aos estudantes alojados, condições de estudo e bem-estar para facilitar a integração no meio académico, com vista ao seu sucesso escolar e ao crescimento pessoal.

Estas respostas implicam uma gestão eficaz dos seus recursos, de forma a disponibilizar serviços de qualidade e com sustentabilidade financeira, com particular enfoque no conforto e estabilidade dos residentes.

O plano de atividades que se propõe para estes equipamentos tem por base a perceção da Instituição para este tipo de estruturas, assim como as sugestões apresentadas pelos residentes que nos parecem particularmente relevantes.

Residência Universitária de Lisboa

- Instalar uma segunda máquina de lavar roupa, adaptando-se o espaço apropriado para o efeito;
- Colocar estantes de parede nos quartos duplos e triplos, de forma a criar espaço para arrumação de livros;
- Repor equipamentos que se encontrem danificados;
- Colocar nas portas dos quartos placas identificativas com o respetivo número;
- Substituir as portas das cabines de duche e dos sanitários;

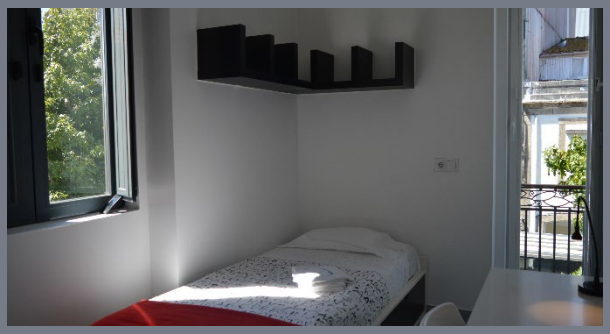
Quarto individual na **Residência Universitária de Lisboa**

- Substituir os fluxómetros por autoclismos de forma a aumentar a poupança de água;
- Estudar a possibilidade e viabilidade de instalação de painéis solares para aquecimento de águas sanitárias, como medida de poupança de eletricidade;
- Promover um jantar de acolhimento aos residentes no início do ano letivo;
- Promover a festa de Natal;
- Potenciar a modalidade de hostel das Residências;
- Adquirir uma fotocopiadora para disponibilizar aos residentes, mediante pagamento dos custos de impressão;
- Melhorar a rede Wifi no interior dos quartos, colocando mais uma antena por piso;
- Propor alterações ao Regulamento vigente.

Residência Universitária do Porto

- Requalificar a área usada para secar a roupa e substituir os estendais;
- Substituir as cadeiras e mesa de apoio da sala de estudo;
- Substituir os sofás da sala de convívio;
- Adquirir lençóis adequados ao tempo frio;
- Substituir as mangueiras de duche, suportes e cantoneiras de apoio das zonas de duche;
- Adquirir uma fotocopiadora para disponibilizar aos residentes, mediante pagamento dos custos de impressão;
- Propor alterações ao Regulamento vigente.

Quarto da **Residência Universitária do Porto**



2.4. Área Financeira

Nos últimos anos temos verificado uma crescente harmonização contabilística tanto no setor privado como no setor público, justificado por novas exigências nacionais e internacionais.

Obtém-se deste modo uma maior credibilidade e fiabilidade de informação do sistema de contabilidade financeira, contabilidade orçamental e contabilidade de gestão.

O Departamento Financeiro encontra-se organizado segundo a dimensão do Cofre e a complexidade das suas atividades, tendo como sua orientação e base de funcionamento o seguinte:

a) O cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e as suas decisões de gestão;

b) Verificar a evidência do suporte documental, aprovação e controlo de documentos, das transações e acontecimentos;

c) Mensurar e reconhecer as transações, através de corretos registos contabilísticos;

d) Manter os registos contabilísticos atualizados;

e) Controlar os movimentos contabilísticos;

f) Contribuir para garantir o controlo e a salvaguarda dos ativos;

g) Prevenção de deteção de situações de ilegalidade, fraude, erro e/ou qualquer inexatidão e integridade dos registos contabilísticos;

h) Classificar e agregar informação contabilística registada;

i) Preparar as demonstrações financeiras e orçamentais e demonstrações fiscais, de acordo com a Normas Contabilísticas e Relato Financeiro – Sistema de Normalização Contabilística, de forma verdadeira e apropriada;

j) Emitir e divulgar as demonstrações financeiras.

A Área Financeira do Cofre, alinhada com o modelo organizacional, no decorrer das atividades previstas irá promover o controlo interno adotando o seguinte enquadramento:

• Transcrever para Manuais de Controlo Interno, os atuais conceitos, definições, regras, objetivos, metodologias, as políticas e procedimentos adotados, numa ótica de melhoria contínua;

• Adotar novos processos de informação e comunicação, monitorização e ambiente de controlo, para garantir crescente eficiência e eficácia das operações, credibilidade e fiabilidade das demonstrações financeiras e produtividade interdepartamental, com a adoção das melhores práticas.

Análise Financeira e Contabilística

Os objetivos da Área Financeira para o ano 2023, são os seguintes:

- Garantir a boa implementação na presente fase de transição da atual APP COFRE para um sistema integrado de gestão no atual ERP Financeiro, para cumprir os novos requisitos fiscais, novas exigências contabilísticas e boa governança do Cofre;
- Proporcionar formação adequada aos colaboradores para utilizarem todas as potencialidades da ERP (Enterprise Resource Planning ou Planeamento de Recursos Empresariais), nos respetivos serviços;

- Implementar um controlo de existências inventariadas, atendendo aos requisitos necessários para o apuramento das corretas quantidades e respetivo Custo Médio Ponderado, com a implementação do Sistema Permanente de Inventário por obrigação legal;
- Reformular a política de valorimetria e o reconhecimento dos ativos fixos tangíveis;
- Continuar a formalização das Normas de Controlo Interno de todos os processos, das áreas conexas;
- Implementar métodos e práticas de controlo, no sentido de assegurar a melhoria da eficiência e eficácia das operações e transações realizadas, otimização global da execução da Despesa e a maximização de toda a Receita, com vista a salvaguardar a sustentabilidade económica e financeira do Cofre;
- Preparar, emitir e divulgar informação credível e fiável, seja ela de caráter operacional, económico ou financeiro.

Cobranças

- Criar uma opção de conversão de forma automática das relações de descontos;
- Continuar o trabalho de sensibilização dos serviços para o envio das relações de desconto em formato Excel;
- Aperfeiçoar as comunicações de alerta de dívida aos sócios.

2.5. Área Jurídica e Contencioso

O Gabinete Jurídico e Contencioso assegura a assessoria jurídica da Instituição, do Conselho de Administração e de todas as áreas de intervenção do Cofre.

Assim, este serviço é responsável pela prestação de apoio jurídico especializado, pela elaboração de contratos, a tramitação e o tratamento jurídico decorrente do exercício da função disciplinar, a gestão dos processos de contraordenação e de penhoras, a prestação de informações aos tribunais e a outras entidades, a gestão dos processos de recuperação e de cobrança de valores extrajudicial e judicial, a gestão e a transmissão de todas as comunicações de caráter jurídico que sejam necessárias entre o Cofre, Associados e outras entidades.

Assegura ainda a representação, junto das instituições nacionais e demais entidades, em matérias do foro jurídico e da sua competência, garantindo também o exercício do patrocínio judiciário e a assistência jurídica ao nível do contencioso e pré-contencioso.

O Gabinete Jurídico e Contencioso definiu diversos objetivos específicos que se prendem com o regular funcionamento do gabinete e prossecução dos seus fins.

- **Gestão dos processos de assessoria jurídica**

O Gabinete Jurídico e Contencioso centra-se na prestação de assessoria jurídica às várias áreas e serviços do Cofre, designadamente ao Conselho de Administração, e consubstancia-se, em regra, na emissão de pareceres jurídicos e análise das mais variadas questões de índole jurídica. É ainda de assinalar a sua atividade na prestação de apoio na elaboração de contratos e em áreas operacionais particularmente relevantes e críticas para os serviços do Cofre, assim como a prestação de apoio na implementação do próprio Regulamento Geral de Proteção de Dados na Instituição. Para além disso, auxilia as várias áreas de intervenção do Cofre, garantindo que as decisões tomadas respeitam, de forma cabal, os regulamentos internos do Cofre.

Pretende-se definir como objetivo para 2023 continuar a zelar por uma capacidade de resposta eficaz aos assuntos que lhe são colocados, dentro das prioridades definidas e dos prazos estabelecidos e assegurar a representação e ou a defesa do Cofre em processos de qualquer natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade dos procedimentos administrativos internos.

É ainda objetivo do Gabinete para o ano de 2023 assegurar a promoção das diligências necessárias com vista ao desenvolvimento de outras atividades, tais como: efetuar participações criminais quando haja indícios da prática de crime, assegurar a uniformidade dos procedimentos de instrução e decisão no âmbito dos processos disciplinares e de inquérito, emitir pareceres sobre a negociação de acordos com associados que se encontrem em situação de dívida/ contencioso.

- **Recuperação dos créditos do Cofre que se encontrem em situação de cobrança extrajudicial ou coerciva**

Compete a este Gabinete assegurar, entre muitas outras obrigações, a proteção dos interesses financeiros do Cofre ao nível da recuperação dos créditos que lhe são devidos, por força de

incumprimentos dos seus sócios, ex-sócios ou de outras entidades.

Assim, cumprirá providenciar e promover, de forma diligente e eficaz, as ações de cobrança extrajudiciais, judiciais ou coercivas, que se mostrem adequadas à recuperação de tais dívidas.

A não salvaguarda dos interesses financeiros do Cofre e o não cumprimento das obrigações que impendem sobre o gabinete em matéria de recuperação de crédito, poderão acarretar consequências de natureza financeira da Instituição. Esta contingência, a par de outras, obriga, por si só, a que a recuperação de valores em dívida deva ocorrer de forma célere, dentro de determinados limites estabelecidos para o efeito, atendendo à índole de previdência social do Cofre junto dos seus associados.

Em 2023, o Gabinete Jurídico e Contencioso terá especial enfoque na celebração de acordos extrajudiciais, tendo presente a atual situação económica existente em Portugal, fortemente influenciada pela situação de guerra que, infelizmente, se instalou na Europa, isto após um longo período de crise económica decorrente da pandemia associada ao vírus Sars-Cov-2. Por essa razão, este Gabinete promoverá um maior relacionamento com os associados, no sentido de aferir as suas necessidades, mesmo aqueles que se encontram em situação de litígio, de forma a garantir a proximidade entre a Instituição Cofre e os seus sócios, numa perspetiva de avaliação casuística e sensível, das diversas dificuldades que os associados possam estar a atravessar.

- **Assegurar a representação jurídica do Cofre, nos processos instaurados pelo e contra o Cofre**

A atividade do Gabinete Jurídico e Contencioso centra-se no exercício do patrocínio judicial do Cofre e ainda, na assistência jurídica aos processos de contencioso e pré-contencioso em que este seja parte. É uma atividade que, pela sua natureza, se encontra sujeita ao cumprimento de prazos processuais diferentes, quer em função do tipo de processo judicial em causa, quer em função da fase processual em que o mesmo se encontra, não sendo demais salientar, que o incumprimento dos prazos processuais, poderá determinar, responsabilidade para o Cofre.

A gestão dos processos de contencioso exige assim, uma gestão rigorosa, quer quanto ao cumprimento dos normativos internos aplicáveis, quer quanto ao cumprimento de todos os prazos aplicáveis ao processo em causa. Para o ano de 2023, com vista otimizar o resultado, prevê-se que o Gabinete Jurídico e Contencioso exerça o patrocínio judiciário em processos de contencioso administrativo ou cível e assegure a superintendência e acompanhamento de outros processos de contencioso cujo patrocínio judiciário seja exercido pelo Gabinete Jurídico e Contencioso e/ou por advogado contratado, prestando colaboração sempre que necessário.

- **Assegurar a preparação e acompanhamento das escrituras notariais outorgadas pelo Cofre e prestar apoio jurídico direto à Área de Gestão do Património e Habitação em matéria de arrendamento e de gestão de condomínios**

No âmbito da prossecução deste objetivo continuará, em 2023, a assegurar a preparação dos atos notariais em que o Cofre seja parte e a apoiar a formalização de contratos de mútuo aos seus associados, mormente os próprios documentos complementares referentes à concessão de mútuos para aquisição de habitação própria permanente dos seus associados, para a realização de obras de beneficiação nas referidas habitações próprias permanentes e outros instrumentos jurídicos relevantes.

Para o cumprimento deste objetivo, a intervenção deste Gabinete irá além daquilo que é o acompanhamento da celebração das escrituras notariais, sendo que nestas tem intervenção presencial, em representação do Cofre.

Imediatamente após a receção do processo de aquisição ou obras já instruído pela área respetiva, o Gabinete Jurídico e Contencioso faz uma análise criteriosa de toda a documentação, de modo a garantir o suprimento de falhas que possam obstar à celebração das escrituras, assim como o acompanhamento de todo o processo até à outorga final do contrato.

Em acréscimo a estas funções, o Gabinete Jurídico e Contencioso propõe-se em 2023 a prestar auxílio direto à Área de Gestão do Património e Habitação, no que concerne à satisfação de dúvidas relativamente a situações de arrendamento e, ainda, no âmbito da gestão de condomínios nos quais o Cofre se encontre eleito Administrador.

- **Incrementar a qualidade dos serviços prestados e otimizar a gestão dos recursos disponíveis**

Para o ano de 2023, é objetivo primordial deste Gabinete garantir, de forma qualitativa, a eficácia do apoio jurídico prestado às várias áreas de intervenção do Cofre (elaboração de informações, pareceres e peças processuais em processos de contencioso), a eficácia e qualidade na elaboração de informações e emissão de pareceres e a

eficácia na elaboração das peças processuais nos processos em contencioso.

2.6. Área de Benefícios dos Sócios, Atendimento e Arquivo

No corrente ano as nossas vidas começaram a regressar à normalidade, permitindo o funcionamento de todo o tipo de equipamentos e serviços da Instituição, se bem que com as medidas de segurança que ainda se justificam.

Estando a Área de Benefícios dos Sócios, Atendimento e Arquivo ligada ao contacto direto com os sócios, pretende-se adequar estes serviços aos novos tempos e necessidades, promovendo, ainda mais, o contacto e a proximidade com os sócios da Instituição, a par da captação de novos sócios pois são eles a razão de existir da Instituição.

Deste modo, o presente documento constitui-se como uma das matrizes orientadoras de estratégia traçada para o ano de 2023, estabelecendo os objetivos e atividades a desenvolver, tendo em conta os recursos humanos, financeiros e patrimoniais disponíveis para a sua concretização.

Pretende-se desenvolver as seguintes atividades:

- Promover a captação de novos sócios, através de iniciativas de divulgação, em diversos canais e suportes de comunicação do Cofre e das vantagens que proporciona aos seus associados;
- Promover e diversificar viagens no país e no estrangeiro, ao longo do ano, com concessão de facilidades de pagamento por parte dos sócios;
- Promover campanhas promocionais, temáticas e sazonais para incrementar a taxa de ocupação dos Centros de Lazer, nomeadamente no período de época baixa;
- Manter a possibilidade de os sócios requererem novos abonos reembolsáveis tendo, ainda, um em curso, deduzindo-se o capital em dívida ao novo abono;
- Melhorar a qualidade do atendimento telefónico e presencial, de forma atenciosa, pedagógica e assertiva;
- Apoiar a construção de uma maior rede de parcerias, com o intuito de aumentar os benefícios aos sócios;
- Proceder à contínua atualização da base de dados dos associados;
- Promover a utilização de ferramentas informáticas na organização dos processos por meio da digitalização do vasto arquivo físico do Cofre e da adoção de um sistema integrado de gestão documental;
- Recurso a bases-de-dados digitais do arquivo do Cofre, permitindo otimizar o tempo e o espaço, bem como garantir a conservação e a segurança dos documentos.

2.7. Área de Informática

No âmbito da Área da Informática é essencial um planeamento estratégico das tecnologias de informação adequado à realidade e às necessidades da Instituição.
Esse planeamento deve estar completamente alinhado com os objetivos da Instituição e contemplar uma visão de futuro.

Assim, em 2023 pretende-se concretizar as seguintes iniciativas:

- Efetuar um "Upgrade" na plataforma Primavera ERP (Enterprise Resource Planning ou Planeamento de Recursos Empresariais, em português) para a plataforma Primavera V10, devidamente certificada pela Autoridade Tributária, para que possa ter segurança e elevada performance na gestão de elevados volumes de dados, e, simultaneamente, rapidez de acesso à informação, diminuindo o grau de exposição ao risco;
- Passagem do software CofreAPP em toda a sua plenitude negocial e de faturação para a nova plataforma ERP;
- Implementação de um integrador e de uma análise metodológica, que irá relacionar a nova plataforma com a exportação do ficheiro SAF-T, com o objetivo de cumprir todos os procedimentos legais em vigor a partir de 2023;
- Alteração da imagem digital do Cofre, tendo como principal função a interatividade com os nossos sócios;
- Desenvolver e dinamizar o site, com o intuito de ser mais interativo (a trazer motivação ao sócio e torná-lo mais ativo na interligação com a Instituição), propondo-se:
    - Implementar uma área de cliente com registo obrigatório;
    - Implementar uma loja digital;
    - Promover a possibilidade de consulta online de pagamentos, situação de empréstimos e subsídios;

- Criar zonas de acesso à Rede de WiFi, nas Residências Sénior;
- Proceder, no Centro de Lazer do Vau, a instalação de fibra ótica, instalação do novo servidor, Instalação de UPS, Instalação de NAS, Configuração de disaster recovery (segurança);
- Proporcionar, no Centro de Lazer da Quinta de Santa Iria - Covilhã a instalação de fibra ótica, Instalação de sistema de TV (com todos os canais e em todos os quartos).

2.8.
Área de Gestão do Património e Habitação

Esta área é responsável pela conservação e manutenção do património imobiliário do Cofre, pela promoção da disponibilização de imóveis aos associados - quer pela via do arrendamento, quer pela via da alienação (previamente autorizada) através da apresentação de propostas por carta fechada - e pela concessão de empréstimos para aquisição ou construção de imóveis para habitação própria permanente e para obras de beneficiação nas casas dos associados.

Assim, em 2023 prevê-se concretizar as seguintes iniciativas:

- Promover concursos de arrendamento dos imóveis que se encontrem disponíveis para o efeito;
- Promover obras de remodelação e de manutenção de imóveis, para disponibilização aos associados em regime de arrendamento;
- Promover a execução de obras necessárias à manutenção e melhoria das diversas infraestruturas;
- Realização de obras de recuperação do espaço exterior da Residência Sénior de Vila Fernando;
- Acompanhamento do processo de construção no terreno Arcozelo, Vila Nova de Gaia;
- Promover concursos de alienação dos imóveis, para os quais não se justifica o investimento em obras de recuperação ou que por uma questão de gestão se justifica vender;
- Estudo de viabilidade económica para instalação de painéis solares, com vista à produção de energia, em alguns dos equipamentos do Cofre.

2.9.
Área da Comunicação

A Área de Comunicação tem a seu cargo a gestão dos canais de comunicação, bem como todas as tarefas necessárias à implementação do plano de comunicação do Cofre.

Para o ano de 2023, esta área mantém como principal objetivo a aposta numa comunicação efetiva e de proximidade, através das seguintes atividades.

Promover o crescimento da Instituição

- Desenvolver e implementar o Plano de Comunicação 2022-2024;
- Criar e implementar um novo plano digital para a angariação de associados;
- Criar materiais de divulgação que apoiem uma maior divulgação do Cofre nos serviços públicos;
- Criar um fluxo de comunicação que permita manter os sócios informados sobre as suas regalias.

Melhoria do serviço prestado a sócios, utentes e residentes

- Assegurar um tempo de resposta eficiente com os associados;
- Gerir as reclamações e mapear sugestões de melhoria advindas das exposições recebidas;
- Garantir uma atualização permanente da base de dados de sócios atinentes à comunicação;
- Criar materiais que promovam uma melhoria contínua dos serviços;
- Criar um questionário direcionado aos sócios no sentido de aferir o seu grau de satisfação com a Instituição e contribuírem com sugestões e ideias;
- Manter a atualização de dados online e sensibilizar para a sua importância;

- Divulgar as atividades organizadas pelo Cofre e seus parceiros.

Manter e otimizar a comunicação com os sócios

- Facilitar a navegação no site e o acesso a informação pertinente
- Manter as publicações diárias nas redes sociais;
- Usar as assinaturas de email como canal de comunicação informativo;
- Dinamizar a participação dos sócios através de estratégias digitais;
- Otimizar a taxa de abertura das comunicações por email;
- Apoiar a criação de uma área de cliente com acesso à consulta dos dados do sócio e atualização de dados autónoma;
- Apoiar a criação de uma área no site para marcação de estadias online nos Centros de Lazer;
- Criar conteúdos e grafismo para a Revista Cofre (versão impressa e digital)
- Criar, compor e enviar a newsletter quinzenal;
- Criar uma lista VIP de WhatsApp de adesão gratuita para envio de notícias rápidas semanais;
- Criar um plano de automatação de emails por forma a garantir a entrega e leitura dos mesmos, permitindo criar um maior fluxo de informação;
- Reforçar o uso da assinatura digital dos emails como canal informativo.

Apoio ao Conselho de Administração e serviços

- Apoiar o CA na monitorização da qualidade e inovação dos serviços através da elaboração de relatório analíticos;
- Apoiar o CA na criação de conteúdos para eventos de cariz Institucional;
- Entrega de dados obrigatórios requeridos por entidades externas e reguladoras;
- Apoiar o processo de candidatura e seleção às Bolsas de Estudo.

2.10. Área de Recursos Humanos

A área dos Recursos Humanos vem acompanhando a consolidação de um modelo organizacional assente em pressupostos de elevada qualidade.

Para tal, muito tem contribuído o desenvolvimento das competências dos trabalhadores, importando, no entanto, continuar a evoluir na melhoria dos níveis de desempenho.

Assim, constituem prioridades principais:

- O acompanhamento dos trabalhadores admitidos, no sentido de facilitar a sua plena integração na instituição e permitir o seu desenvolvimento profissional, para o que releva, com particular acuidade, a articulação a efetuar com os respetivos dirigentes, o planeamento de ações de formação e o esforço conjunto para melhoria das condições de trabalho;
- A normalização do funcionamento da plataforma de assiduidade entretanto implementada;
- A aposta na continuidade da digitalização do serviço;
- A elaboração de novos manuais de procedimentos, prosseguindo a aposta na simplificação e agilização dos vários procedimentos;
- A elaboração de um Plano de Formação para 2023, de forma a constituir-se como um documento impulsionador de uma visão estratégica de Gestão de Recursos Humanos de realização anual.

II. Orçamento Ordinário para o ano de 2023

1. Considerações Técnicas

As estimativas de receitas e despesas para o ano 2023 assentam em critérios rigorosos indispensáveis à segurança da Instituição. A análise financeira efetuada ao exercício de 2022 e o resultado dos exercícios findos, permitem-nos concluir pela realização dos objetivos ora propostos.

O "Orçamento" está estruturado na ótica das receitas e despesas, confinando-se num "mapa de tesouraria" que reflete apenas os movimentos relacionados com recebimentos e pagamentos ocorridos no decurso do respetivo ano, não deixando por isso de ter outras premissas entre as quais estão os prazos de recebimento, pagamento e os saldos a existir à data do próximo dia 31 de dezembro, assim como os do ano orçamentado.

Neste Orçamento, os pagamentos das despesas correntes e de capital (Investimentos) são apresentados com dedução do IVA faturado, quando se relacionem com atividades sujeitas a este imposto.

As receitas das atividades sujeitas a IVA mencionam-se líquidas de imposto. A diferença entre os valores a liquidar e os dedutíveis é evidenciada em "operações extraorçamentais". Os valores apresentados estão expressos em milhares de euros (M€).

2. Explicitação Orçamental

Na explicitação, apenas referiremos as rubricas que, dado o seu peso percentual, merecem ser objeto de comentários.

2.1. Receitas Correntes

Para o total de 7.986 M€ previstos em receitas correntes, as componentes a assumirem maior importância pelo seu peso percentual são os "rendimentos da propriedade" com o valor de 1.264 M€ e as "transferências correntes" com 6.174 M€. Os primeiros respeitam a juros obtidos com os empréstimos concedidos e os segundos aos recebimentos da quotização, serviços prestados nos Centros de Lazer do Vau/Covilhã e nas Residências Sénior e Universitárias.

2.1.1.
Rendimentos da Propriedade (cap.05)

Para o conjunto de receitas provenientes de rendimentos de propriedade estima-se o valor total de 1.264 M€ repartido da seguinte forma:

2.1.1.1.
"Juros – Sociedades Financeiras" – "Juros Administrações Públicas" (05.02/03)

Os juros estimados nestas rubricas são inerentes às "aplicações de tesouraria".

Prevê-se um total de 4 M€ referente a juros de sociedades financeiras, considerando ainda as taxas de juro baixas e em muitos casos nulas e 11 M€ de juros provenientes da imobilização financeira em Títulos de Dívida Pública.

2.1.1.2.
"Juros – Famílias" – "Abonos Reembolsáveis" (05.05)

No conjunto dos financiamentos concedidos, os juros são provenientes dos financiamentos à habitação e de abonos reembolsáveis. Contribuem para este afluxo, a amortização de capital em dívida e o pagamento de juros pelos associados.

A dotação dos abonos reembolsáveis aumentou em relação ao ano anterior 500 M€. Entre os novos abonos reembolsáveis e os abonos que estão a ser amortizados pelos associados, estima-se que os valores dos juros das famílias se mantenham semelhantes ao ano anterior, mesmo com a atual realidade de previsão de subida de taxa de juro.

2.1.2.
Transferências Correntes (cap.06)

2.1.2.1.
Famílias (06.08)

Para o conjunto de receitas provenientes de quotização, Centros de Lazer – Vau, Covilhã e das Residências Sénior de Loures e Vila Fernando e Residências Universitárias de Lisboa e Porto, prevê-se um total de 6.174 M€.
Quanto à quotização, podemos estimar que o proveito total a obter no ano de 2023 será de 3.667 M€.
Da ocupação do Centro de Lazer – Vau, podemos estimar que a cobrança desta receita será de 776 M€.
Na Residência Sénior de Loures, estima-se uma receita de 756 M€.
Para a Residência Sénior de Vila Fernando, prevemos uma receita de 454 M€.
No ano de 2023, no empreendimento da Covilhã, continuamos a acautelar a receita, estimando-a, apenas, em 376 M€, e para as Residências Universitárias de Lisboa e do Porto, uma receita de 145 M€.

2.1.2.2.
Venda de Bens e Serviços Correntes (cap.07)

Nesta rubrica, as receitas provenientes de "venda" de outros serviços prestados, como viagens e arrendamento de habitações e edifícios (lojas do Vau), a realizar em 2023 e, ainda, a cobrança de saldos transitados de 2022, onde esperamos atingir o valor de 517 M€.

2.2.
Receita de Capital (cap.09)
2.2.1.
Venda de Bens de Investimento

Prevê-se a alienação de Imóveis no valor de 700 M€.

2.2.2.
Ativos Financeiros (cap.11)

Ponderados os pressupostos para a previsão destes recursos, estimamos uma receita de "ativos financeiros" aproximada de 4.688 M€, sendo o seu valor na quase totalidade relativo a empréstimos MLP das Famílias.

2.2.3.
Outras Receitas de Capital (cap.16)

Trata-se das dotações que não foram utilizadas na sua totalidade, prevendo-se, assim, ser o valor a constituir no "saldo da gerência anterior", a transitar para o ano de 2023, na ordem de 8.833 M€.

2.3.
Operações Extraorçamentais (cap.17)

Nesta rubrica prevê-se o valor total de 2.000 M€, repartido de igual valor pelas seguintes subrubricas:
Em "operações de tesouraria – retenção de receitas do Estado "onde são inseridos os descontos efetuados nos vencimentos dos funcionários, assim como os encargos do Cofre a entregar ao Estado no mês subsequente, tendo a correspondente contrapartida na rubrica com a mesma denominação em "despesas".
As "outras operações de tesouraria" no valor de incluem também os fluxos relativos às operações com terceiros sem "receita" ou "despesa", mas com expressão na tesouraria.

2.4. Despesas Correntes

O total de despesas correntes estimado atinge os 7.411 M€.

No agrupamento inserem-se as despesas com o pessoal (agrup. 01), a aquisição de bens e serviços (agrup. 02), transferências correntes (agrup. 04) e outras despesas correntes (agrup. 06) como despesas de maior volume.

Despesas com o pessoal (Agrup. 01)

Verificamos um aumento do valor dos custos de 11 % em comparação com o ano de 2022, que se deve ao aumento do ordenado mínimo, subidas de escalão de alguns colaboradores e outras variações na estrutura de pessoal.

Aquisição de bens e serviços (Agrup. 02)

Neste agrupamento estão incluídas as despesas respeitantes ao fornecimento e serviços adquiridos a entidades externas indispensáveis ao funcionamento das diversas atividades da Instituição. Estima-se uma subida dos custos de 8,00 % comparativamente com o total de despesas realizadas no ano anterior, subida relacionada com a taxa de inflação verificada em 2022 no período "pós-Covid".

Transferências correntes (Agrup. 04)

Assumimos os mesmos valores do ano anterior (1.316 M€), tendo em consideração a faixa etária da maioria dos sócios e os acontecimentos verificados ao longo do ano.

Outras despesas correntes (Agrup. 06)

Mantemos os valores/critérios seguidos em anos anteriores.

2.5. Despesas de Capital

O financiamento da tesouraria para o ano de 2023 será efetuado com o somatório dos fundos cuja existência se prevê para o final do presente exercício e dos recursos estimados para o próximo ano.

As componentes de maior volume são a "aquisição de bens de capital" (agrup. 07) e os "ativos financeiros" (agrup. 09), este último subdividindo-se em "empréstimos de curto, médio e longo prazo" – "sociedades financeiras" e "Famílias". Nestas "famílias" estão incluídas as dotações entendidas como necessárias à satisfação dos pedidos de financiamento, tendo em conta a análise comportamental dos associados face às dificuldades económicas que, eventualmente, se agravem no decurso do próximo ano.

Aquisição de bens de capital (Agrup. 07)

Este agrupamento corresponde aos Investimentos, aos aumentos de Ativos decorrentes de grandes beneficiações a efetuar em edifícios e habitações, ou substituição de bens. Para esta componente prevê-se um total de 3.346 M€.

As rubricas com maior peso são os investimentos previstos para o terreno de Arcozelo cujo valor totaliza 1.500 M€; obras na Rua da Prata, no valor de 900 M€; obras na Residência Sénior de Loures, no valor de 500 M€; e na Residência Sénior de Vila Fernando, no valor de 100 M€, totalizando 3.000 M€.

Ativos Financeiros (Agrup. 09)

Das dotações que compõem este agrupamento "famílias" (09.06.13), salientamos:

Os empréstimos a médio e longo prazo (financiamento para aquisição de habitação, transferências de hipotecas e obras de beneficiação) no valor de 3.300 M€;

Os "subsídios reembolsáveis" no valor de 6.000 M€, tendo-se verificado um aumento da dotação no valor de 500 M€.

A rubrica "empréstimos para construção e beneficiação, concedida em anos anteriores – 2ª tranche e seguintes", de empréstimos para a construção e beneficiação de habitação está previsto o valor de 100 M€.

Operações Extraorçamentais (Agrup. 12)

Tal como foi referido no capítulo 17, mantemos os valores/critérios seguidos em anos anteriores.

Para a realização e integral cumprimento do orçamento é necessário contar com a colaboração de todos como tem acontecido, Associados, Trabalhadores, Órgãos Sociais, Prestadores de Serviços e Fornecedores.

A situação económica e financeira vigente apresenta, segundo os dados de várias organizações nacionais e europeias, perspetivas de melhoria as quais podem influenciar positivamente a economia familiar dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública a qual, naturalmente, se transmitirá à família Cofre em todas as suas vertentes.

Todavia, não devemos descurar o trabalho na angariação de sócios e, antes pelo contrário, devemos incentivá-lo não olhando para a eventual

melhoria, mas como se ela não existisse. O trabalho em prol da nossa comunidade mais desfavorecida deve continuar com enfase na ajuda, as disponibilidades do Cofre e a nossa solidariedade e responsabilidade serão uma constante.

E,

como é sabido, a construção de qualquer orçamento tem por base pressupostos decorrentes do plano de atividades e, como sabem trata-se de uma previsão de resultados dependentes de uma série de fatores, os quais podem influenciar o seu desenvolvimento na concretização ou não da previsão inicialmente planificada por quem detém a responsabilidade de gestão da Instituição. Todavia é um instrumento de trabalho essencial para a Instituição.

Assim, esperamos, com este orçamento, merecer a vossa aprovação.

Lisboa, 14 de novembro de 2022

O Conselho de Administração
António Joaquim Marques
Jorge Manuel Ferraz Silva
Olga Jesus Sousa Hilário
Luísa Maria Soares Xavier
António Manuel Rodrigues Dinis

3.
Resumo do Orçamento das Receitas

Unidade: 1 000 €

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	VALOR
	RECEITAS CORRENTES	
04	Taxas, multas e outras penalidades	30,00
05	Rendimentos da propriedade	1 264,00
06	Transferências correntes	6 174,00
07	Venda de bens e serviços correntes	517,00
08	Outras receitas correntes	1,00
	Total de receitas correntes	**7 986,00**
	RECEITAS DE CAPITAL	
09	Venda de bens de investimento	700,00
11	Ativos financeiros	4 688,00
16	Saldo da gerência anterior	8 833,00
	Total de receitas de capital	**14 221,00**
17	Operações extraorçamentais	2 000,00
	Total orçamentado	**24 207,00**

4.
Resumo do Orçamento das Despesas

Unidade: 1 000 €

AGRUPAMENTO	DESIGNAÇÃO	VALOR
	DESPESAS CORRENTES	
01	Despesas com o pessoal	3 213,00
02	Aquisição de bens e serviços	2 258,00
03	Juros e outros encargos	5,00
04	Transferências correntes	1 316,00
06	Outras despesas correntes	619,00
	Total de despesas correntes	7 411,00
	DESPESAS DE CAPITAL	
07	Aquisição de bens de capital	3 346,00
09	Ativos financeiros	11 450,00
	Total de despesas de capital	**14 796,00**
12	Operações extraorçamentais	2 000,00
	Total orçamentado	**24 207,00**

5.
Desenvolvimento do Orçamento das Receitas

Unidade: 1 000 €

CAPÍTULO	GRUPO	ARTIGO	DESIGNAÇÃO	ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
			RECEITAS CORRENTES			
04			Taxas, multas e outras penalidades			
	02		Multas e outras penalidades			
		01	Juros de Mora	15,00		
		99	Multas e penalidades diversas	15,00	30,00	30,00
05			Rendimentos da propriedade			
	02		Juros - Sociedades financeiras			
		01	Bancos e outras instituições financeiras	4,00	4,00	
	03		Juros - Administrações públicas			
		02	Juros - Administ. Central - Serviços e fundos autónomos	11,00	11,00	
	05		Juros - Famílias		1 249,00	1 264,00
06			Transferências correntes			
	08		Famílias			
		01	Famílias	6 174,00	6 174,00	6 174,00
07			Venda de bens e serviços correntes			
	02		Venda de Serviços			
		99	Outros	15,00	15,00	
	03		Rendas			
		01	Habitações	453,00		
		02	Edifícios	49,00	502,00	517,00
08			Outras receitas correntes			
	01		Outras			
		99	Outras	1,00	1,00	1,00
			Total de receitas correntes			**7 986,00**
			RECEITAS DE CAPITAL			
09			Venda de bens de investimento			
	02		Habitações			
		10	Famílias	700,00	700,00	700,00
11			Ativos financeiros			
	03		Títulos a médio e longo prazos			
		04	Administ.pública-Adm.central-Serv. e fundos autónomos			
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
		10	Famílias	4 688,00	4 688,00	4 688,00
16			Saldo da gerência anterior			
	01		Saldo orçamental			
		01	Na posse do serviço			
			A - Tesouraria (Bancos e Caixa)	880,00		
			B - Instituições Financeiras (Saldo de aplicações)	7 953,00	8 833,00	8 833,00
			Total de receitas de capital			**14 221,00**
17			Operações extra - orçamentais			
	01		Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado		1 000,00	
	02		Outras operações de tesouraria		1 000,00	2 000,00
			Total orçamentado			**24 207,00**

6.
Desenvolvimento do Orçamento das Despesas

Unidade: 1 000 €

AGRUP.	SUBAGRUP	RUBRICA	DESIGNAÇÃO	ALÍN/RUBRICA	SUBAGRUPAM	AGRUPAMENTO
			DESPESAS CORRENTES			
01			Despesas com o pessoal			
	01		Remunerações certas e permanentes			
		03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1 500,00		
		06	Pessoal contratado a termo	279,00		
		08	Pessoal aguardando aposentação	0,00		
		09	Pessoal em qualquer outra situação	3,00		
		11	Representação	5,00		
		13	Subsídio de refeição	172,00		
		14	Subsídio de férias e de natal	275,00		
		15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2,00	2 236,00	
	02		Abonos variáveis ou eventuais			
		02	Horas extraordinárias	30,00		
		04	Ajudas de custo	10,00		
		05	Abono para falhas	4,00		
		06	Formação	15,00		
		07	Colaboração técnica e especializada	1,00		
		11	Subsídio de turno	98,00		
		12	Indemnizações por cessação de funções	7,00		
		13	Outros suplementos e prémios	200,00		
		14	Outros abonos em numerário ou espécie			
			A - Encargos corpos gerentes	50,00		
			B - Outros abonos em numerário ou espécie	1,00	416,00	
	03		Segurança social			
		01	Encargos com a saúde	1,00		
		03	Subsídio familiar a crianças e jovens	2,00		
		04	Outras prestações familiares	1,00		
		05	Contribuições para a segurança social	502,00		
		08	Outras pensões	18,00		
		09	Seguros	36,00		
		10	Outras despesas de segurança social	1,00	561,00	3 213,00
02			Aquisição de bens e serviços			
	01		Aquisição de bens			
		02	Combustíveis e lubrificantes	68,00		
			A transportar	68,00		3 213,00

Unidade: 1 000 €

Agrup.	Subagrup	Rubrica	DESIGNAÇÃO	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			Transporte	68,50		3 213,00
		04	Limpeza e higiene	79,00		
		06	Alimentação - Géneros para confecionar	47,00		
		07	Vestuário e artigos pessoais	8,00		
		08	Material de escritório	20,00		
		11	Material de consumo clínico	14,00		
		15	Prémios, condecorações e ofertas	10,00		
		17	Ferramentas e utensílios	2,00		
		18	Livros e documentação técnica	1,00		
		21	Outros bens	48,00	297,00	
	02		Aquisição de serviços			
		01	Encargos das instalações	280,00		
		02	Limpeza e higiene	76,00		
		03	Conservação de bens	389,00		
		09	Comunicações	182,00		
		10	Transportes	2,00		
		11	Representações dos serviços	5,00		
		12	Seguros	53,00		
		13	Deslocações e estadas	7,00		
		14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	3,00		
		15	Formação	5,00		
		17	Publicidade	12,00		
		18	Vigilância e segurança	7,00		
		19	Assistência técnica	5,00		
		20	Outros trabalhos especializados	726,00		
		25	Outros serviços	209,00	1 961,00	2 258,00
03			Juros e outros encargos			
	05		Outros juros			
		02	Outros	5,00	5,00	5,00
04			Transferências correntes			
	07		Instituições sem fins lucrativos			
		01	Instituições sem fins lucrativos	1,00	1,00	
	08		Famílias			
		02	Outras			
			A - Subsídios por morte, de luto e funeral	850,00		
			B - Reembolso de vencimentos perd. por doença	270,00		
			C - Rendas vitalícias	140,00		
			D - Bolsas de Estudo	50,00		
			E - Subsídios sociais	5,00	1 315,00	1 316,00
			A transportar			6 792,00

Unidade: 1 000 €

AGRUP.	SUBAGRU	RUBRICA	DESIGNAÇÃO	ALÍN/RUBRICA	SUBAGRUPAM	AGRUPAMENTO
			Transporte			6 792,00
06			Outras despesas correntes			
	01		Dotação provisional		610,00	
	02		Diversas			
		01	Impostos e Taxas	1,00		
		03	Outras			
			A - Restituições	4,00		
			B - Diversos	4,00	9,00	619,00
			Total de despesas correntes			**7 411,00**
			DESPESAS DE CAPITAL			
07			Aquisição de bens de capital			
	01		Investimentos			
		01	Terrenos	1 500,00		
		02	Habitações	0,00		
		03	Edifícios	1 500,00		
		04	Construções diversas	5,00		
		06	Equipamento de transporte	55,00		
		07	Equipamento de informática	10,00		
		09	Equipamento administrativo	5,00		
		10	Equipamento básico	270,00		
		15	Outros investimentos	1,00	3 346,00	3 346,00
09			Ativos financeiros			
	05		Empréstimos a curto prazo			
		03	Sociedades financeiras-Bancos, out.instit.financeiras	550,00	550,00	
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
		03	Sociedades financeiras-Bancos, out.instit.financeiras	1 500,00	1 500,00	
		13	Famílias - Outras			
			A - Propriedade resolúvel	3 000,00		
			B - Beneficiação em casa dos sócios	300,00		
			C - Subsídios reembolsáveis	6 000,00		
			E - Empréstimos para construção e beneficiação, concedidos em anos ant.-2ª tranche e seguintes	100,00	9 400,00	11 450,00
			Total de despesas de capital			**14 796,00**
12			Operações extraorçamentais			
	01		Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado		1 000,00	
	02		Outras operações de tesouraria		1 000,00	2 000,00
			Total orçamentado			**24 207,00**

Parecer do Conselho Fiscal

III. Parecer do Conselho Fiscal

Em 25 de novembro de 2022, no uso da competência prevista na alínea e) do artigo 104.º dos Estatutos, reuniu-se o Conselho Fiscal para analisar a proposta de Orçamento para o ano de 2023, que lhe foi presente pelo Conselho de Administração do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (Cofre). Sobre o mesmo cumpre ao Conselho Fiscal tecer as considerações a seguir mencionadas e emitir o respetivo parecer:

O Orçamento proposto respeita o enquadramento estatutário e mostra-se devidamente estruturado, disponibilizando os meios adequados a uma correta avaliação.

Da sua análise realça-se o equilíbrio atinente à realidade económico-financeira do Cofre e a preocupação com a componente previdencial.

Tem em linha de conta as variáveis endógenas e exógenas, com impacto na instituição, nomeadamente a escalada inflacionista, a qual se reflete de forma relevante na orçamentação para aquisição de bens e serviços e nas despesas com o pessoal.

As alterações mais significativas em matéria de receitas e de despesas, quando comparadas com o orçamento do ano anterior, encontram-se devidamente fundamentadas e justificadas.

As opções refletidas no Orçamento mostram-se consonantes com o programa proposto aos sócios, pelo Conselho de Administração, para o decurso do presente mandato.

Pelo exposto, consideramos que se acham reunidas todas as condições necessárias à aceitação do Orçamento do Cofre proposto pelo Conselho de Administração para o ano de 2023, pelo que o Conselho Fiscal recomenda à Assembleia-Geral a sua aprovação.

Lisboa, 25 de novembro de 2022

O Conselho Fiscal

Manuel Fernando Moreira de Sousa
José Eduardo Mendes Grade
José Manuel Amaral da Rocha

NA IMAGEM: ASPECTO DO ESPAÇO "CANTINHO DO COFRE"

COFRE

DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

Rua do Arsenal, Letra E,
Apt. 2500, 1112-803 Lisboa
WWW.COFRE.ORG